

A teoria marxista da dependência e o Estado dependente

The Marxist theory of dependence and the dependent State

Layra Fabian Borba Rodrigues*

Resumo

No presente trabalho pretendemos analisar os pressupostos da teoria marxista da dependência, a fim de que possamos compreender o que caracteriza a dependência, quais as estruturas que garantem a sua manutenção e reprodução e que papel o Estado desempenha nesse processo. Para tanto, apoiamo-nos em bibliografia fundamentalmente marxista, dentro da qual podemos citar Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio. O esforço de pesquisa se deu no sentido de analisar quais os efeitos da dependência sobre a população, em específico a brasileira. Diante disso, ao final chegamos à consideração de que, para haver a continuidade da dependência, o Estado dependente lança mão de políticas de ameaça à vida (políticas de entredicho), em outras palavras, de políticas de violência, para controlar e reprimir aqueles povos que têm maior potencialidade revolucionária.

Palavras-chave: dependência; políticas de violência; Brasil.

Abstract

In the present work we intend to analyze the presupposes of the Marxist theory of dependence, so that we can understand what characterizes the dependency, which structures guarantee their maintenance and reproduction and what role the State plays in this process. For this, we use a fundamentally Marxist bibliography, among which we can quote Ruy Mauro Marini and Jaime Osorio. The research effort was made to analyze the practical effects of dependence on the population, specifically the Brazilian. In view of this, at the end we come to the consideration that, for there to be continuity of dependence, the dependent State makes use of policies of threat to life (políticas de entredicho), in other words, policies of violence, to control and repress those peoples that have greater revolutionary potential.

Keywords: *dependence; policies of violence; Brazil.*

* Graduada em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

1. Introdução

Na década de 1960, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, teóricos da Universidade de Brasília (UnB) e militantes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop), debruçaram-se sobre o estudo das relações capitalistas entre países centrais e periféricos. Mediante a análise sobre a problemática da dependência, do questionamento do marxismo hegemônico que era presente nos partidos comunistas latino-americanos e da influência da obra de Lênin, elaboraram o que futuramente seria chamada de Teoria marxista da dependência. Dessa forma, neste trabalho temos por objetivo entender o que caracteriza o tema de estudo dessa teoria, ou seja, o que é a dependência. Dentro disso, tentaremos também compreender de que maneira se configura o Estado dependente e que especificidades delineiam sua atuação frente ao sistema capitalista.

No primeiro tópico, trazemos alguns fatos que estiveram por trás da formulação da Teoria marxista da dependência, bem como as influências teóricas que marcaram sua concepção. Assim, retomamos aspectos do debate sobre o imperialismo, feito por Lênin, que consideramos fundamentais para o entendimento da dependência. Em seguida, adentramos a discussão específica da dependência, utilizando principalmente os aportes de Ruy Mauro Marini.

No segundo tópico, a partir de Jaime Osorio, adentramos a questão do Estado dependente e suas especificidades, dentre as quais argumentamos que o grau de coerção que os Estados latino-americanos exercem sobre a população tem maior amplitude, devido à superexploração da força de trabalho característica da dependência e da formação estruturalmente racista e patriarcal.

Ao final, buscamos estabelecer paralelos entre a questão do Estado dependente com algumas situações vivenciadas por parte da população brasileira, como violência de gênero e étnica-racial. Com isso, esperamos que seja possível lançar luz sobre o fato de que a dependência tem efeitos bastante reais, que vão desde a economia e a política, até a dimensão social, isto é, até a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, nos seus corpos e mentes.

2. Teoria marxista da dependência: origem e fundamentos teóricos

A elaboração da Teoria marxista da dependência (TMD), vertente marxista das teorias da dependência, ocorreu na década de 1960, na UnB, quando André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini (1932-1997), Vânia Bambirra (1940-2015) e Theotonio dos Santos (1936-2018) iniciaram um grupo de estudos marxista. Ali, estudavam a problemática da dependência, a obra marxiana e Lênin, entre outros. Também teve importância para a formulação da TMD a participação militante deles dentro da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop). Essa organização havia sido formada pela união de diversos partidos pequenos e tinha por objetivo uma fundamentação teórica que fizesse frente ao argumento de aliança de classes defendido pelo Partido Comunista e conduzido pelo presidente João Goulart (Gonzaga e Luciano, 2017, p. 14). Em 1964, o governo ditatorial instaurado no Brasil os forçou ao exílio. Bambirra e Dos Santos foram para o Chile e vincularam-se ao Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO). Marini, que primeiramente seguiu para o México, uniu-se àqueles depois (Pado e Castelo, 2013, p. 12-13). Gunder Frank acabou deixando os estudos do grupo.

Marini, Bambirra e Dos Santos mais uma vez precisaram exilar-se, de modo que seguiram para o México. Os teóricos só voltaram ao Brasil na década de 1980, com o fim da ditadura militar no país (Prado e Castelo, 2013, p. 14).

Esses autores faziam um debate crítico a respeito da visão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do marxismo característico dos partidos comunistas latino-americanos. Assim, mediante a análise sobre a problemática da dependência, o questionamento do marxismo hegemônico que era presente nos partidos comunistas da região e a influência da obra de Lênin, elaboraram o que futuramente seria chamada de Teoria marxista da dependência. Ruy Mauro Marini (1994) reconhece a importância do pensamento desenvolvimentista, pois este teve ampla influência nos países da região e na Organização Econômica Americana (OEA). Além disso, detinha a originalidade de ser uma formulação teórica estruturada na América Latina.

Não obstante, para Marini essa formulação correspondia aos interesses da burguesia industrial, surgida na região a partir da primeira guerra mundial e que dividia o poder político com a tradicional burguesia exportadora. Já no caso dos partidos comunistas, o autor (1994) aponta que a crítica da TMD se dava com relação à estratégia política, a qual estava baseada na defesa da revolução em etapas e na colaboração entre classes, ou seja, entre burguesia e proletariado. Esta estratégia estava em consonância com a adotada pela extinta terceira internacional (internacional comunista), e se apoiava ainda na análise econômica cepalina, que proporcionava aos partidos, por um lado, elementos limitados para questionar as relações com o imperialismo, e por outro, um projeto nacionalista, que parecia justificar a formação de uma frente única entre burguesia e proletariado. Diante disso, Marini faz as seguintes colocações:

Partiendo de distintas vertientes, la teoría de la dependencia fue, sobre todo, un movimiento de ideas que trató de dar respuesta a las inquietudes y esperanzas que movilizaban a amplios sectores populares de América Latina: obreros, campesinos, estudiantes, profesionales, para ofrecerles una alternativa a un desarrollo capitalista cuyo carácter subordinado y excluyente lo hacía cada vez menos capaz de garantizar la atención hacia las necesidades esenciales de la población. Su mayor mérito fue el de replantear desde el marxismo la interpretación de la realidad latinoamericana, abriendo camino para que éste asumiera progresivamente un carácter de centralidad en el escenario intelectual y político de la región (Marini, 1994, p. 13).

No que tange à obra de Lênin (2011), temos que o desenvolvimento industrial na segunda metade do século XIX, ao contribuir para a formação de monopólios e aumento da concentração de capital, por um lado, e empobrecimento da classe trabalhadora e expansão da produção em escala, por outro, criou a necessidade de buscar novos mercados e fontes de matéria prima. Assim, o que se viu foi a partilha do mundo entre os capitais financeiros e monopolistas, onde poucos países industrialmente desenvolvidos passaram a dominar aqueles que não o eram, como os países latino-americanos. Nesses locais, as potências imperialistas se beneficiavam (e ainda o fazem) de maiores taxas de mais-valia e lucro a partir das empresas sedes que ali instalavam, em razão da força de trabalho e matérias-primas abundantes e baratas, bem como da troca desigual de mercadorias.

Assim, houve uma acentuação das assimetrias divisão internacional do trabalho, onde a produção nos países centrais está baseada no maior progresso técnico, enquanto as demais regiões, especialmente a América Latina, continua a atuar como criadora de uma oferta mundial de alimentos, fornecedora de matérias primas e força de trabalho. Não obstante, o Imperialismo vai além disso, pois, como pontua Lênin, é caracterizado por: 1) concentração da produção e formação de monopólios; 2) fusão do capital bancário com o industrial, resultando na formação do capital financeiro; 3) exportação de capitais; 4) formação de associações internacionais monopolistas; e 5) partilha territorial do mundo entre essas associações capitalistas. (LÊNIN, 2011, p.218). Assim, é no Imperialismo, fase mais desenvolvida do capitalismo, que se solidifica a dependência dos países latino-americanos aos centros do capital hegemônico.

Por sua vez, foi a partir da análise e debate em torno da temática do imperialismo que os autores da TMD chegaram à fundamentação teórica da dependência, a qual parte da compreensão do imperialismo desde a perspectiva dos países dependentes. Para Marini, a dependência pode ser “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2015, p. 4). Desta feita, as relações de dependência condicionam tanto a inserção dos países latino-americanos na economia mundial como as suas estruturas e relações internas, que devem garantir o funcionamento concreto de seu papel dependente no capitalismo mundial. Isso significa que os países latino-americanos tiveram suas economias condicionadas pelo desenvolvimento e expansão das economias centrais, às quais estão submetidos. Por conseguinte, o “subdesenvolvimento” dos países periféricos foi, ao mesmo tempo, uma consequência da expansão do capitalismo mundial e uma condição do desenvolvimento dos países centrais e industrializados, sendo que o “atraso” econômico e político dos países periféricos se fez fundamental para o “avanço” e enriquecimento daqueles.

Definida a divisão internacional do trabalho, surge o eixo problemático da transferência de valor e troca desigual dentro do intercâmbio de bens industriais (centro) e bens primários (periferia). Quando ocorre o desenvolvimento industrial na Europa, tem-se a incorporação de tecnologias modernas no processo produtivo, de forma que o trabalhador possa, no mesmo tempo de trabalho anterior, aumentar sua produção. Ou seja, há um aumento da produtividade social do trabalho, o que reduz os custos da produção ao passo que reparte o valor (tempo de trabalho) entre cada bem, não ocorrendo, porém, uma modificação da taxa de mais-valia. Fixemo-nos no ponto de que, justamente por essas tecnologias serem obtidas a partir do desenvolvimento e especialização industrial de determinados países europeus, não são ainda comuns a todas as economias. Dessa forma, por produzirem em maior quantidade, o custo individual dos produtos é reduzido, bem como o valor, pois agora está repartido. Ao mesmo tempo, contudo, por essa tecnologia não estar generalizada, o valor social médio da produção é maior que o valor individual, de modo que o capitalista que detenha o aumento da produtividade se beneficia de uma mais-valia extraordinária, que nada mais é que uma distribuição desigual da mais-valia entre os capitalistas. Essa mais-valia extraordinária se traduzirá em lucro extraordinário e, em busca de obtê-lo, o aumento da produtividade pelo desenvolvimento da técnica se tornou uma finalidade constante dos capitalistas.

Além da mais-valia extraordinária, o aumento da produtividade terá outro efeito, qual seja, o de possibilitar a obtenção de mais-valia relativa ao invés da absoluta. Como apontado, o aumento da produtividade por si só não modifica a taxa de mais-valia, pois para que isso ocorra é preciso haver uma mudança na relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Como o tempo de trabalho necessário se refere ao tempo destinado a custear a reprodução da força de trabalho, resta ao capitalista intervir para que haja um aumento da produtividade e, por conseguinte, “[...] o barateamento das mercadorias que entram na composição do consumo individual do trabalhador” (Marini, 2015, p. 17). Esse barateamento também se deve, por outra parte, ao fornecimento de bens alimentícios pela América Latina. Segundo Marini, foi esse deslocamento do eixo de tempo de trabalho necessário e excedente, provocado pelo aumento da produção de bens de consumo, que permitiu a desvalorização real do valor da força de trabalho e, dessa forma, abriu a via da obtenção de mais-valia relativa.

Assim, o desenvolvimento industrial europeu, associado ao desenvolvimento da técnica, de um lado, e a oferta de matéria-prima e bens alimentícios pelos países latino-americanos, de outro, foi o que possibilitou às nações europeias a obtenção de mais-valia relativa e extraordinária e, ainda, lucros extraordinários. Em contrapartida, na América Latina se desenrolou um processo distinto.

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes [países industriais], a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. *No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.* É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...] (Marini, 2015, p. 5, grifo nosso).

Com essa exposição, queremos chegar ao argumento de Marini (2015) sobre a transferência de valor dos países dependentes para os do centro. Para ele, na relação de troca entre bens de diferentes esferas de produção, isto é, de bens industriais advindos da Europa e de bens primários, desde a América Latina, os países latino-americanos se veem frente a uma transferência de valor dupla para aqueles, pois pagarão um preço de mercado maior que o preço de produção da mercadoria (incorrendo na obtenção de uma mais-valia extraordinária), diferença propiciada pelo aumento da produtividade (mais-valia relativa) nesses países. Isso porque, como já apontamos, além da incorporação tecnológica, a mais-valia relativa passa pela redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força dos trabalhadores, o que é conseguido por meio da desvalorização dos bens-salário, que são os bens necessários a essa reprodução. Dentre esses bens essenciais, estão os agrícolas-alimentícios, fornecidos pelas economias dependentes.

Consequentemente, dadas as condições de sua inserção na economia internacional como criadores de uma oferta mundial de alimentos e de matérias-primas, bem como uma produção ainda baseada essencialmente na mais exploração do trabalho, os países latino-americanos vendem seus produtos por preços muito baixos e compram

os industriais por preços de mercado muitos altos, transferindo assim parte do valor aos países desenvolvidos, bem como sustentando o aumento da produtividade destes.

Para compensar a transferência de valor que ocorre por meio do comércio internacional, ao invés de aumentar a produtividade pelo aprimoramento da técnica, as nações dependentes se valem de uma maior exploração do trabalhador, num processo que Marini (2015) denominou *superexploração do trabalho*¹. O aumento da exploração é alcançado por meio da utilização de três mecanismos: 1. intensificação do trabalho; 2. prolongamento da jornada de trabalho; e 3. expropriação de parte do fundo de subsistência do trabalhador, necessário para a reposição da sua força de trabalho. Esses mecanismos incidem diretamente na força de trabalho, que nada mais é que o próprio trabalhador.

A força de trabalho está na corporeidade viva do trabalhador (músculos, cérebro, sistema nervoso, esqueleto, coração, pulmões etc.). Não há como separar uma coisa da outra. Portanto, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o capital não apenas recebe aquela mercadoria, mas também a corporeidade total do trabalhador. *E tudo que acontece com essa força de trabalho, trabalhando, em extenuantes jornadas, intenso trabalho, para falar das exaustivas horas de deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, incide no trabalhador e em seu corpo (e alma ou espírito)* (Osorio, 2014, p. 146, grifo nosso).

Posto isso, temos então que a intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho levam ao esgotamento prematuro do trabalhador, enquanto a expropriação do fundo de subsistência retira a possibilidade de este consumir os produtos necessários para a conservação da sua força de trabalho. Esses são os mecanismos que configuram a superexploração da força de trabalho, e que operam no nível da produção interna para compensar as transferências de valor no mercado internacional. Dessa maneira, as transferências de valor no comércio internacional, em realidade, são transferências de mais-valia. Sobre a especificidade da superexploração da força de trabalho, Marini pontua:

Assinalemos, inicialmente, que o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa — a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outra parte, a conversão do fundo de salário em fundo de acumulação de capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada de trabalho, e não somente o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, *a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real* (Marini, 2015, p. 33, grifo nosso).

Segundo Osorio (2010, p. 98) a superexploração dos trabalhadores leva a um esgotamento prematuro da força de trabalho, quando não à morte. Os trabalhadores que

¹ Apesar de Marini utilizar “superexploração do trabalho”, optamos por fazer o uso de “superexploração da força de trabalho”, expressão mais usual nos debates atuais e que procura mostrar que quem efetivamente sofre a superexploração são os trabalhadores, ao vivenciá-la em seus corpos e subjetividades, como o autor mesmo já pontuava em seu texto (MARINI, 2015).

não são mais úteis para o sistema de acumulação de capital acabam sendo excluídos do processo produtivo e ingressam na denominada superpopulação relativa. Tal termo, cunhado por Karl Marx, refere-se ao estrato da população que fica excluído da produção, pelo fato de estarem inaptos ao trabalho ou pelas ocupações não serem suficientes para empregar a todos, bem como aqueles que estão empregados em postos de trabalho precarizados. Essa insuficiência, no entanto, é gerada pelo próprio capitalismo, visto que cada nova fase de acumulação acarreta um desenvolvimento da técnica, seja em maquinários, equipamentos e tecnologias, estes que compõem o capital constante da produção e viabilizam o aumento da produtividade dos trabalhadores. Todavia, o aumento da produtividade reduz a força de trabalho necessária. Daí que muitos trabalhadores acabam sendo expulsos do processo produtivo e somados às fileiras da superpopulação relativa.

Além disso, se levarmos em consideração a conformação da classe trabalhadora urbana no caso brasileiro, veremos que a falta de uma reforma agrária das propriedades, a incorporação de tecnologias no setor agrário, as constantes secas e a pobreza que as acompanha bem como a decadência do setor cafeeiro, na década de 1930, foram fundamentais para esse processo. Isso porque, ao provocarem um agudo desemprego, muitos trabalhadores do campo migraram massivamente para as cidades, onde o estímulo à industrialização para a substituição de importações do governo Vargas criava a promessa de empregos e salários melhores.

A realidade urbana, contudo, era (e é) bem distinta. A oferta de postos de trabalhos não era suficiente para todos. Dessa maneira, para não ficarem desempregados, muitos trabalhadores se submetiam a regimes trabalhistas bastante precarizados e com salários baixíssimos. Segundo Osorio (2010), eis aí a função da superpopulação relativa que, ao ser excluída do processo produtivo, contribui para o rebaixamento dos salários, impactando, portanto, na valorização do capital.

La exclusión en el capitalismo no es sino una cara particular de la inclusión en la valorización y dominio del capital y expresa el exceso de una universalidad que integra expulsando. Esta *exclusión por inclusión* tiene como trasfondo en el capitalismo el ejercicio de un poder soberano que pone la vida de los trabajadores en entredicho (Osorio, 2010, p. 90).

Pressionados pela grande quantidade de força de trabalho disponível de um lado e escassez de postos de trabalho de outro, os trabalhadores que estão ativos têm de submeter-se a uma superexploração da força de trabalho cada vez mais intensa e a salários cada vez menores. Daí que, mesmo estando empregados, os trabalhadores ainda possam estar em condição de pobreza. Resultado disso é a formação de bolsões de miséria nas cidades, onde os trabalhadores superexplorados, em conjunto com a superpopulação relativa, são excluídos para as periferias das cidades, construídas sem planejamento de infraestrutura, saúde, sistema de saneamento básico ou educação. São uma perceptível contraposição aos centros urbanos, onde se localizam as classes dominantes, com fartura e riqueza por todos os lados, nos prédios, na organização da infraestrutura, na presença de todos os serviços básicos, no transporte. O contraste entre centro e periferia, nas cidades, é a materialização da desigualdade socioeconômica entre os indivíduos, da concentração e centralização de capital em alguns poucos capitalistas, ao custo da pobreza e miséria dos trabalhadores.

A problemática principal reside no fato de que, havendo uma separação entre as condições objetivas de trabalho e o trabalhador, e, assim, entre os que são proprietários dos meios de produção, de um lado, e os que são proprietários unicamente da sua força de trabalho e precisam vendê-la para sobreviver, de outro, ou seja, havendo relações socioeconômicas desiguais, a liberdade, a igualdade política e a cidadania são mais formais que reais (mesmo que existam em certa medida). Isso porque economia e política estão em unidade dialética, são estrutura e superestrutura que se condicionam mutuamente. O que queremos dizer é que a separação dos sujeitos em duas classes distintas revela contradições econômicas, políticas e sociais latentes. Por sua vez, essas contradições são condensadas justamente na figura do Estado, pois este encarna o dever de tanto assegurar os direitos dos trabalhadores quanto o de representar os interesses da burguesia, seja no âmbito interno ou externo. Assim, dadas as condições concretas do capitalismo, em especial as dos países dependentes, cabe investigar o real papel desempenhado pelo Estado.

3. O Estado nos países dependentes

No *Manifesto comunista*, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) já deixavam explícito que o Estado representativo moderno “[...] não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1999, p. 10). Para estes, conforme se estabelece o capitalismo, pelo fato de a burguesia ser impulsionada pela necessidade de mercados novos, tem-se a formação de uma interdependência entre todas as nações, haja vista que o desenvolvimento da indústria acarreta o uso de matérias-primas que já não são mais nacionais, e sim de todas as partes do globo. Por outro lado, também os produtos nacionais não são mais capazes de satisfazerem as necessidades de consumo, de modo que é preciso que se tragam mercadorias das regiões mais distantes e diversas (Marx e Engels, 1999, p. 13).

Assim, considerando essa interdependência das nações, e lembrando que nos países que alcançaram a independência formal houve uma permanência do modelo de produção agroexportador, continuada devido aos objetivos da burguesia nacional, tem-se que a articulação entre os interesses dessas burguesias e os das burguesias imperialistas serão mediados pelos Estados nacionais. Como a relação que se estabelece entre esses dois grupos é produto e ao mesmo tempo reprodutora das relações de dependência econômica que existem nas nações latino-americanas, também os Estados nacionais de cada uma delas terão um caráter dependente. Em consequência, podemos dizer que o Estado, nos países dependentes latino-americanos, será um Estado dependente. Sobre este, Bichir assinala que:

Compreendidos como o centro do poder político, o Estado, na perspectiva dos teóricos marxistas da dependência, é a representação da dominação de classe subjacente a tais formações sociais. A imbricação entre a questão nacional e a questão de classe adquire concretude nos Estados dependentes a partir da conformação do bloco no poder nesses Estados, por meio da participação de frações de classe dominantes estrangeiras. *A dependência, nesse sentido, ao mesmo tempo em que se constitui como uma relação entre Estados, ganha efetividade política através das relações de classe que se configuram nos níveis nacionais e internacionais* (Bichir, 2017, p. 60, grifo nosso).

Por meio disso, observamos que a dependência se efetiva tanto no âmbito econômico quanto político, o que demonstra a inseparabilidade da estrutura e da superestrutura nas sociedades capitalistas, levando em consideração que as relações políticas de dominação são dialeticamente interligadas com as relações sociais e econômicas de produção. Dessa dependência no plano político, decorrem consequências diretas no grau de autonomia dos Estados latino-americanos. Para chegar ao conceito de autonomia, precisamos entender antes a análise que Osorio faz sobre o Estado, visto que o autor o entende como uma combinação de aparato estatal, interesses das classes dominantes e classe reinante².

De acordo com Osorio, o Estado, como condensação material das relações de dominação e exploração, expressa-se como aparato de Estado, sendo composto por um corpo de funcionários, organização hierarquizada de instituições, regras e leis (Osorio, 2014, p. 36). No entanto, os interesses de classe que o Estado organiza e representa são os da classe dominante. Organiza, pois conforme aponta Osorio (2014, p. 46), a classe dominante não é um bloco monolítico, constituindo-se antes por um agrupamento heterogêneo de classes sociais, sendo elas a burguesia e o proprietário fundiário; de frações de classe, como as burguesias industrial, comercial, agrária e financeira; e de setores de pequeno, médio ou grande capital. Cada um desses grupos detêm interesses próprios e é por meio da articulação que estabelecem entre si que conformam o bloco no poder, unidade-confrontação que dá base à dominação e exploração por meio das quais sustentam o seu poder.

Dentro desse bloco heterogêneo, uma classe, fração ou setor é hegemônico quando seus projetos e seus interesses prevalecem sobre o restante das classes, frações e setores das classes dominantes. Esta condição pode ser alcançada no bojo de agudas disputas que chegam a envolver não apenas os participantes do bloco dominante, mas também as classes dominadas, mediante a busca de apoio e de força nestas últimas (Osorio, 2014, p. 47).

Assim, seja por meio do consenso, da coerção ou da combinação de ambos, essas classes, frações e setores buscam estabelecer a hegemonia social dos seus interesses particulares, que, todavia, são apresentados como pertencentes a toda a sociedade. A questão é que apesar de ser a classe dominante quem orienta os interesses políticos do Estado, não é ela quem de fato integra o aparato estatal. Osorio aponta que quem o fará será a classe reinante, cujos membros e interesses não necessariamente serão os mesmos da classe dominante. Essa “independência” possibilita ao Estado uma *autonomia relativa* frente à classe dominante, pois a diferenciação entre classe dominante e reinante abre espaço para que o Estado não atue unicamente conforme os interesses da classe dominante. Tal fato contribuirá para a construção da ideia de um Estado neutro, que não atua segundo interesses particulares das classes, frações e setores dominantes.

² Osorio define classe reinante como “[...] o corpo de funcionários do Estado que ocupam as posições mais altas dentro do aparato de Estado, como: presidentes, ministros de Estado, funcionários de cargos superiores das secretarias e ministérios, autoridades parlamentárias, ministros da Corte, altos comandos militares etc.” sendo que do ponto de vista de sua procedência social, a classe reinante não pertence necessariamente às classes dominantes, ainda que, pela sua posição no aparato de Estado, nos grandes debates e nas definições políticas tenderá a se posicionar a favor dos interesses dessas classes” (OSORIO, 2014, p. 40).

Esta imagem, contraditoriamente, acaba por reforçar a eficácia do projeto hegemônico do grupo dominante.

Depois de discutir o conceito de autonomia relativa do Estado, observamos agora a questão da autonomia do Estado latino-americano. Bichir, a partir de Marini, aponta que os conflitos no interior da classe dominante levam a uma maior autonomia do Estado dependente “[...] estando a autonomia relativa do Estado em razão inversa à capacidade da burguesia de manter sua dominação de classe” (Bichir, 2017, p. 116). Como já havíamos dito antes, a burguesia latino-americana responde aos interesses da burguesia imperialista, o que produz contradições no seu projeto de hegemonia social e, por consequência, nos sistemas ideológicos de dominação que garantem o consenso das frações de classe dominantes e da classe dominada.

Dessa maneira, havendo fraturas no projeto de hegemonia da burguesia, o Estado acaba por adquirir maior autonomia frente a esta. No entanto, justamente por haver fraturas nesse projeto, o consenso não é suficientemente alcançado entre as frações de classe dominante e classe dominada, de forma que o Estado, cuja função primeira é a de assegurar as condições de acumulação e de reprodução do capital, recorre a elevados níveis de coerção em relação às classes subalternas. Nos países dependentes, a repressão aos trabalhadores é especialmente importante em razão da superexploração da força de trabalho e da existência de uma grande superpopulação relativa.

Se o capitalismo é um sistema com dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestos. *A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e a luta de classes.*

Assim, a ordem social se torna possível sobre a base de um exercício férreo do poder político, o que requer um Estado no qual os mecanismos coercitivos operam de forma recorrente (Osorio, 2014, p. 208-209, grifo nosso).

Como já apontamos anteriormente, nas cidades dos países dependentes há uma expressiva diferenciação entre as espacialidades das classes dominadas e dominantes, a qual se refere à materialização mais perceptível da concentração e centralização de capital. Se o espaço destinado aos primeiros é de miséria e carência, o dos segundos é de riqueza e abundância. Assim, temendo que uma revolta ocorra, a coerção, a violência e a subjugação dos dominados se apresenta como uma *necessidade* para a continuidade da posição e poder da classe dominante. A intenção é que não haja margem para contestações revolucionárias por parte daqueles, de forma que a suspensão da sua cidadania plena bem como a vigilância e a intervenção constante pelas forças policiais e militares é o que garante a manutenção e a reprodução da ordem. Da ordem burguesa, da ordem do capital.

Dizemos que há uma suspensão da cidadania plena nas periferias porque nestes lugares as forças coercitivas do Estado podem reprimir e eliminar conforme o desejado. A coerção, evidentemente, é uma prerrogativa de todo Estado burguês, porém, aqui apontamos o caso do países dependentes latino-americanos, em especial nas regiões de periferias e favelas, devido ao fato de que, diferentemente dos países centrais, onde os povos que são duramente reprimidos conformam uma minoria populacional

(mesmo que seja uma minoria expressiva dentro do contingente populacional), como a população negra e migrante nos EUA e Europa, aqui estes se referem à maioria da população. Uma maioria preta, parda, indígena e migrante. E o fato de serem maioria, em conjunto com uma formação social estruturalmente racista e patriarcal, faz com que o grau de coerção vivenciado por essas populações tenha uma maior amplitude nos países dependentes.

De acordo com Osorio (2010), o conceito de cidadania emerge da visão contratualista do Estado, onde este idealmente representa de forma justa e igualitária cada cidadão e seus interesses. Essa visão também atua no sentido de “idealmente” separar a política da economia. No entanto, cabe notarmos que esse contrato se constitui a partir de uma formação social fraturada, isto é, dividida em classes, “racializada” e “genérficada”. Desse modo, ao mesmo tempo em que formaliza essa divisão, ancorado na ideologia de cidadania, o contrato social mantém a reprodução do capitalismo. Isso porque, ao se verem justa e igualitariamente representados na política, os cidadãos não questionam a ordem estabelecida. Eis então onde reside a problemática desse processo, pois como a política e a economia não se separam na realidade (apenas nas interpretações idealizadas), ou seja, como a política não está senão em relação dialética com uma formação socioeconômica classista, racista e sexista, diversos sujeitos não estarão sob a universalidade dos direitos humanos conferidos pela cidadania.

No que se refere à pretensa universalidade dos direitos humanos, Jaime Osorio ressalta o caso dos migrantes, que, caso não se integrem à comunidade de cidadãos de direitos, são tratados como não-humanos e, portanto, acabam sendo impedidos de gozarem seus direitos políticos. Fato semelhante ocorre com as populações periféricas, “faveladas”, como são chamadas no Brasil. Sob o marcador de classe pobre e dominada, ao qual se unem os de raça e de gênero, essas populações se tornam alvos de políticas de “*entredicho*”³, isto é, de políticas que colocam a vida de homens e mulheres pobres e negros sob ameaça.

En la sociedad construida por el capital es el trabajador el moderno *homo sacer*, aquel cuya vida quienquiera puede arrebatarla sin ser considerado homicida. *Un orden social organizado en torno al hambre desenfrenada por la apropiación de trabajo excedente y que en la producción no sólo se apropia de la fuerza de trabajo sino de la corporeidad viva de sus propietarios, no puede operar sino instalando la vida de los trabajadores en entredicho.*

Todos los mecanismos que para el capital se constituyen en elementos de generación de trabajo excedente, terminan revirtiéndose para los trabajadores en vida arrebatada por el capital, sea con salarios que no permiten recuperar las energías vitales gastadas día con día, sea por años futuros de trabajo

³ O termo *entredicho* pode ser traduzido literalmente como a ação de pôr algo em questão, em xeque, sob ameaça. Desse modo, daqui em diante, todas as vezes que a expressão for utilizada no texto, pode ser interpretada como políticas de ameaça à vida. Segundo Osorio (2010), a lógica capitalista de inclusão pela exclusão tem como pano de fundo um poder soberano que coloca em xeque a vida dos trabalhadores, visto que o Estado condensa a dominação e a exploração e impõe seus interesses como universais com graus variados de consenso e coerção. Assim, a violência reside no fato de que a classe dominada se vê submetida a diversos mecanismos de exclusão social, econômica e política devido à “universalidade” dos direitos humanos e não percebe tal situação. Ademais, suas vidas importam apenas na medida em que sua exclusão do processo produtivo contribui para o processo de valorização do capital.

apropiados hoy por la vía de extensas e intensas jornadas laborales. *Es la propia vida, como exclusión, lo verdaderamente incluido en el reino del capital y lo que se encuentra en juego* (Osorio, 2010, p. 102-103, grifos adicionados).

No Brasil, a violência policial e a política de morte perpassam aqueles que são homens e mulheres pobres, negros (as) e pardos (as), justamente por serem estes os trabalhadores cuja força de trabalho é a mais desvalorizada, em vista dos processos de formação histórica do país marcadamente classista, racista e patriarcal. Isso porque, desde o momento em que ocorreu a passagem do modo de produção escravista colonial para o capitalista dependente, não só não houve políticas de reparação para a população negra liberta, como também não foram criadas políticas de inserção e integração ao mercado de trabalho livre e assalariado existente. Diante do incentivo prestado pelo governo brasileiro à imigração de mão de obra europeia, branca e qualificada, a população recém-liberta se viu novamente às margens da sociedade capitalista que se formava, tendo de ocupar os postos de trabalho menos qualificados, com baixa remuneração e mais precarizados.

Sobre essa discussão, no seu texto *Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo*, Clóvis Moura busca evidenciar como o passado histórico brasileiro, baseado no modo de produção escravista, implica diretamente no presente (o texto foi escrito em 1983, mas ainda nos parece bastante atual), visto que as estruturas escravocratas, racistas e de classes permaneceram. No pós-abolição, Moura aponta como a transformação das classes dominantes do Império, convertidas então nas classes latifundiárias, estabeleceram diversos mecanismos ideológicos, culturais e econômicos para reprimir e controlar as populações da franja marginal, quais sejam, os negros recém-libertados da escravidão. Junto a isso, o autor argumenta que, se no período escravocrata a economia teve orientação colonial, ou seja, fundamentalmente orientada pela exportação para a metrópole, na fase do capitalismo dependente, essa economia foi regida pelo imperialismo.

*As classes dominantes necessitavam para manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e o seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco* (Moura, 1983, p. 132-133).

Desta maneira, segundo Moura (1983), se nos países europeus já se fazia necessário um grande exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, nos países dependentes houve a necessidade de uma massa muito maior de pessoas nessa reserva, as quais foram separadas dos setores mais produtivos e dinâmicos da economia, tendo em conta que estes foram ocupados por outro tipo de trabalhador, o trabalhador im-

portado, branco e europeu. Assim, “[...] os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (MOURA, 1983, p.135). Por conseguinte, na medida em que as pessoas que estiveram na composição dessa franja marginal eram as mesmas que haviam sido escravizadas no passado, torna-se impossível dissociar o passado escravista do capitalismo dependente.

Nesse sentido, coube ao Estado dependente agir de acordo com os interesses dos fazendeiros de café e da classe industrial que se formava nas cidades, atuando coercitivamente sobre a classe dominada, formada então pelos ex-escravos e trabalhadores imigrantes. Sobre os primeiros, a coerção empregada se deu com a finalidade de impedir a participação desses indivíduos nos setores mais produtivos e dinâmicos da economia; impedir sua permanência nos centros das cidades, deslocando-os para as periferias urbanas e regionais; e de retirar qualquer possibilidade de ascensão social desses sujeitos. Dessa forma, na sociedade capitalista dependente, o ex-escravo manterá seu papel de sustentação da sociedade, pois é a superexploração da sua força de trabalho que permitirá a acumulação de capital na formação socioeconômica dependente.

Segundo Martins (2012, p. 100), no início do século XX o que se verificava era a incorporação da força de trabalho imigrante, branca, nos setores fabris que se expandiam na época, sendo que, em contrapartida, a força de trabalho negra foi relegada aos postos de trabalho mais precarizados e superexplorados, em especial nos setores de serviço doméstico e no que hoje se denomina como setor informal. Chama a atenção especialmente o caso do trabalho doméstico, realizado em larga medida pelas mulheres negras, que de mucamas passaram a ser babás, cozinheiras e faxineiras. A autora afirma ainda que nas indústrias, quando não eram trabalhadores imigrantes, eram os filhos destes, o que deixa visível a preferência por trabalhadores específicos, ou melhor, por trabalhadores de uma “raça” específica. Para Martins, homens e mulheres negros, “no geral, ocupam a posição daquele contingente de *trabalhadores excedentes para o capital*”, de forma que “diante da grande quantidade de imigrantes e, evidentemente, da preferência pelo branco no mercado de trabalho, os trabalhadores provenientes do trabalho compulsório (o ex-escravo) dificilmente se inserirão no trabalho assalariado urbano” (Martins, 2012, p. 87, grifo nosso).

Assim, Martins analisa desde Florestan Fernandes (1920-1995) quais eram as opções dos homens e mulheres recém-libertos naquele período. A primeira era retornar à região de sua origem ou de seus familiares - as áreas rurais do nordeste ou o interior de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; a segunda, continuar a trabalhar no mesmo local onde fora escravo; a terceira, ir para as grandes cidades e concentrar-se nas favelas, com perspectiva de desemprego ou emprego temporário para os homens e serviço doméstico para as mulheres; e a quarta opção, ir para as pequenas cidades e não ter que competir com outros trabalhadores, como os imigrantes, mas, ao mesmo tempo, enfrentar falta de perspectivas (Martins, 2012, p. 103).

Em vista disso, a realidade é que no Brasil republicano pós-abolição, a inferiorização e o preconceito racial, somados à falta de política de integração socioeconômica por parte do Estado, fez com que as populações negras fossem excluídas da formação dessa sociedade e da nação que emergia. E aqui retomamos um elemento trazido no começo deste texto a partir de Osorio (2010), isto é, de que no capitalismo a inclusão se

dá pela exclusão, pois ao excluir os trabalhadores do processo produtivo, o contingente de força de trabalho excedente ou superpopulação relativa pressionará os trabalhadores ativos, tanto no que se refere à superexploração da força de trabalho quanto à desvalorização do valor real desta. Desta feita, a população negra, ao ser excluída do processo produtivo, por meio do desemprego e subemprego, acaba integrando essa superpopulação relativa, de maneira que desempenha um papel fundamental no capitalismo, qual seja, o de elevar as taxas de mais-valia e lucro dos capitalistas e propiciar a acumulação de capital.

Conforme Moura (1983), o imperialismo, nos países dependentes, aproveitou-se das estruturas escravistas e racistas existentes, as reconfigurou e as utilizou para a acumulação de capital nessa nova fase capitalista. Segundo o autor, “desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante” (Moura, 1983, p. 135). A partir das colocações de Clóvis Moura, poderíamos argumentar que entre o colonialismo e o capitalismo dependente parece ter havido antes uma relação de continuidade do que de uma ruptura, no que tange às estruturas racistas, estratificadas e classistas.

Dessa maneira, a circunscrição dos homens e mulheres pobres e negros aos postos de trabalho menos dinâmicos e produtivos, por não exigir força de trabalho qualificada, retira oportunidades de qualificação educacional e profissional e, assim, de ascensão social. Também os confina em áreas periféricas, marginalizadas e intencionalmente atravessadas por maior grau das forças coercitivas, as quais podem tomar a forma da polícia militar/civil/federal, exército, guarda nacional e assim por diante. Juntos, esses dois fatores têm por finalidade controlar e reprimir a classe de trabalhadores, para que estes exerçam a sua função primordial dentro da sociedade dependente, qual seja, a de possibilitar a acumulação de capital, alcançada por meio da superexploração da sua força de trabalho.

Nesse sentido, tomando o apontamento de Clóvis Moura, de que o passado colonial-escravista incide diretamente no presente, podemos entender melhor alguns dados atuais sobre o país. Dessa maneira, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o ano de 2020, a presença de pessoas pretas e pardas é marcante nos serviços de Agropecuária (60,7%), na Construção (64,1%) e nos Serviços domésticos (65,3%), os quais são os que têm rendimentos inferiores à média das demais atividades (IBGE, 2021, p. 24). Nesse mesmo ano, constatou-se que a população ocupada de cor ou raça branca tinha salários 73,3% maiores que a população preta e parda, e os homens ganhavam salários em média 28,1% maiores que o das mulheres (IBGE, 2021 p. 27).

Sobre a população ocupada em atividades informais, 44,7% são de cor ou raça preta e parda, enquanto 31,8% da cor branca. Em relação à taxa de desocupação segundo os níveis de instrução, tem-se um valor médio de 15,9% para as pessoas pretas e pardas, e 11,1% para as brancas. Essa diferença diminui entre pessoas que têm ensino superior completo, passando a ser 8,1% e 5,8%, respectivamente, o que evidencia que o acesso ao ensino superior contribui para a redução das desigualdades (IBGE, 2021, p. 35).

No que tange às informações sobre as taxas de pobreza e extrema pobreza, no ano de 2020, 7,4% de pessoas pretas e pardas eram extremamente pobres e 31,0% eram

pobres, enquanto que, entre os brancos, essas taxas eram de 3,5% e 15,1%, respectivamente. A diferença entre essas taxas por sexo não era expressiva, mas quando combinada com cor ou raça, o resultado foi que as mulheres pretas e pardas têm a maior incidência de extrema pobreza, cerca de 7,5%, e pobreza, com cerca de 31,9% (IBGE, 2021, p. 66). Dados sobre as residências contempladas por benefícios emergenciais (devido à pandemia da Covid-19) mostraram que 60% destas eram compostas por pretos e pardos; e o arranjo familiar que mais recebeu os auxílios foi aquele no qual a mulher preta e parda mora com os filhos e sem cônjuge, o que corrobora com a tendência aqui explicitada de haver uma maior incidência de pobreza em lares chefiados por mães solas e negras (IBGE, 2021, p. 67).

Agora no que se refere às estatísticas sobre violência, de acordo com dados disponibilizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), das 6.416 pessoas mortas por intervenção policial em 2020, 98,4% eram homens, 76% tinham entre 0 e 29 anos e 78,9% eram negros (FBSP, 2021, p. 66-67). Ou seja, os homens jovens e negros são os principais alvos das intervenções policiais. Por outro lado, entre os próprios policiais, os que mais morreram foram os oficiais negros, 62,7% deles, apesar de serem minoria dentro das corporações.

Nos dados sobre feminicídio, consta que entre as 1.350 vítimas em 2020, 63,4% das mulheres tinham entre 18 e 39 anos, 61,8% eram negras (FBSP, 2021, p. 97-98). Quanto à composição do sistema prisional brasileiro, em 2020 havia 759.518 pessoas privadas de liberdade, das quais 94,39% eram homens, 48,6% tinham entre 18 e 29 anos e, entre os indivíduos que tiveram raça/etnia informada, pretos e pardos conformaram a maioria, correspondendo a 66,3% da população privada de liberdade (FBSP, 2021, p. 213).

Esses dados são apenas uma fatia do bolo, mas como vimos as políticas de *entredicho* se estendem para os salários, emprego e desemprego, programas de seguridade social, violência, dentre outros. Os dados apenas deixam em evidência o que diversos autores já apontavam, entre eles Clóvis Moura, isto é, que as estruturas do passado escravista, colonial, (e aqui também adicionamos patriarcal) foram reconfiguradas para propiciar a acumulação de capital nos países dependentes. Dessa forma, manter a pessoas negras, em especial as mulheres, em condição de pobreza, devido à dificuldade de acesso à educação, à sua circunscrição aos setores menos produtivos e mais precarizados da economia, seu confinamento nas áreas periféricas das cidades e do país, atravessadas pela violência criminal e policial, tudo isso faz parte do processo de inclusão pela exclusão, do qual fala Osorio (2010).

Outrossim, o controle e a coerção que o Estado exerce sobre esses grupos são necessários, uma vez que sendo eles os mais afetados pela superexploração da força de trabalho e desigualdades socioeconômicas daí decorrentes, são também os que têm maior potencialidade revolucionária, ou seja, maior probabilidade de se revoltarem contra o sistema. Portanto, a repressão é um pilar central da dependência. Em razão disso, chega-se à conclusão de que existe uma relação muito próxima entre a superexploração da força de trabalho e a violência que perpassa a população pobre e negra, pois o controle e a coerção desta são fundamentais para garantir a manutenção e a reprodução das estruturas de classe, raça e gênero e, por conseguinte, da própria dependência.

4. Considerações finais

Neste trabalho trouxemos o debate da TMD, apresentado a sua origem, alguns dos fundamentos sobre o qual se assenta e os aportes teóricos que traz para pensar as relações imperialistas e de dependência desde a perspectiva dos países dependentes. Dessa forma, nos valemos principalmente de Marini (2015) para compreender o que faz com que o capitalismo nos países latino-americanos seja *sui generis*, isto é, que tenha características particulares e distintas daquelas que são observadas nos países do centro. Assim, tal como aponta o autor, essas particularidades são estruturadas e reproduzidas pela troca desigual, pela transferência de valor que se realiza dos países dependentes para os do centro e pela superexploração da força de trabalho. Ademais, consideramos que o Estado seja um eixo fundamental nesse processo, pois, como já apontavam Marx e Engels, ele não é senão um comitê para gerir os interesses da burguesia, local e internacional, de modo que atua nos países dependentes na reprodução das relações de dependência. Nessa medida, com base na elaboração de Bichir, temos que o Estado, quando inserido nessas relações, será ele próprio um Estado dependente.

Outras questões abordadas no decorrer do texto se referem à materialização dos efeitos da dependência sobre a população. Assim, temos a questão 1. da repartição e diferenciação dos espaços ocupados pelos trabalhadores e capitalistas, sendo o primeiro um lugar de miséria e morte, e o segundo de riqueza e vida; 2. da superexploração da força de trabalho, que incide diretamente na corporeidade dos trabalhadores, isto é, no seu psíquico, físico e emocional, literalmente na sua vida, pois a superexploração da força de trabalho nada mais é que a exploração da vida; 3. da representação ideal e igualitária de todos os cidadãos através do Estado, que ao conferir direitos universais a todos os seres humanos, encobre o fato de que grande parte da população sequer tem *status* de cidadão e, mesmo entre os que têm, a universalidade dos direitos é meramente formal; 4. da relação entre superexploração da força de trabalho com o controle e a coerção exercidos pelo Estado sobre a população pobre e negra, visto que a violência é central para manter esses sujeitos controlados e reprimidos, a fim de garantir a reprodução da dependência.

Tais elementos podem ser verificados a partir da análise das estatísticas de intervenção policial, de feminicídios e de encarceramento no país, onde facilmente se percebe um alvo comum das políticas de *entredicho*, que são os homens e mulheres pobres, pretos ou pardos. Esses dados são reflexo e resultado da própria formação social no país, que é “racializada”, “generificada” e dividida em classes. Essas políticas de morte são produzidas pelo Estado dependente, a fim de que haja a reprodução das relações de dependência, pois sendo esses sujeitos os mais afetados pela formação socioeconômica desigual, racista e patriarcal no país, têm maior potencialidade revolucionária. Dessa maneira, faz-se necessário controlá-los, reprimi-los e até mesmo assassiná-los, para que o desejo de mudança e transformação seja sobrepujado pelo medo da violência e da morte em resposta. Em vista disso, a conclusão é a de que nos países dependentes a violência estatal aparece como um instrumento necessário para a manutenção e reprodução da dependência.

Referências

- BICHIR, Maíra Machado. *A questão do Estado na teoria marxista da dependência*. 2017. Tese (doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330510>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 01 mai. 2022.
- GONZAGA, Arnom Abner da Silva; LUCIANO, Daniel Alves Rodrigues. *A ORM-POLOP e a formação da teoria marxista da dependência: as contribuições de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini*. Relatório de Iniciação Científica (pós-graduação) - Centro Universitário De Brasília – UniCEUB, Brasília: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/view/5532/3879>>, Acesso em: 25 fev. 2020.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021* / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 44).
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. Presentación. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org). *La teoría social latinoamericana*. Tomo II: subdesarrollo y dependencia. Tlalpan, México: El Caballito, 1994, p.11-14.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <em www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil*. 2012. 222 f. Tese (doutorado em Serviço Social) - Centro Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10708>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Edição eletrônica Rocket Edition, 1999. Disponível em: <www.jahr.com>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. *Rev. Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983, p.124-137. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Expressão popular, 2014.
- OSORIO, Jaime. La exclusión desde la lógica del capital. *Rev. Migración y desarrollo*, Distrito Federal [México], v.8, n.14, 2010, pp.89-104. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/myd/v8n14/v8n14a5.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, São Paulo, v.3, n.1, 2013, p.10-29. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/o-inicio-do-fim-notas-sobre-a-teoria-marxista-da-dependencia-no-brasil-contemporaneo/view>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Recebido em 06 de junho de 2021

Aprovado em 24 de abril de 2022